

data /
cod I3D00618PERFIL DE ANTEPROJETO

1. TÍTULO: PROGRAMA " ÍNDIOS ISOLADOS "

2. NOME E ENDERÉÇO DA INSTITUÍÇÃO:

FUNDAÇÃO ECOTRÓPICA - Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos.

Av. Rubens de Mendonça 917, sala 502
78.000 - CUIABÁ - MATO GROSSO

3. DATA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

4. METAS CONCRETAS DO PROJETO:

Identificar e localizar os 12 grupos de índios isolados existentes no Mato Grosso e criar condições políticas necessárias para que sejam preservados seus territórios, sua soberania, suas culturas e condições de reprodução.

5. JUSTIFICATIVAS:

A situação vivenciada pelo Estado de Mato Grosso representa sérias ameaças aos grupos indígenas que ainda vivem em estado de isolamento no seu espaço físico.

A recente campanha internacional de preservação da floresta amazônica desencadeou decisões a nível dos governos federal e estadual que transformaram o Estado de Mato Grosso, incluindo aí a sua região norte acima do paralelo 12, no espaço alternativo de ocupação econômica para as frentes de expansão da sociedade nacional.

Projetos de ocupação agrícola, pecuária, madeireira e garimpeira encontram nessa região norte o espaço ideal, a nova fronteira de ocupação onde, estimulados por incentivos governamentais e por recursos externos, encontrarão a possibilidade de realizar seus sonhos de enriquecimento rápido.

Os ÍNDIOS ISOLADOS, sobre os quais há apenas vagas notícias e informações, serão as primeiras

grandes vítimas dentro do modelo de preservação da floresta amazônica, concebido por estes governos.

Nesse modelo o território matogrossense será o anteparo para as frentes de penetração de milhares de famílias de imigrantes de outros estados da Federação que seguem anualmente em direção a selva amazônica. Os governos pretendem localizar esse peso dentro dos limites territoriais matogrossenses apesar de 1/3 do estado ser constituído também de floresta tropical e floresta de transição, onde estão vivendo ainda em absoluto estágio de primitivismo, possivelmente doze povos indígenas, sem nenhum contato pacífico com a sociedade nacional.

Outros fatores complicadores desta realidade estão diretamente correlacionados com a descoberta de minérios na região. Temos assim, o deslocamento de milhares de garimpeiros, não reconhecidos oficialmente e não vinculados às grandes empresas estatais ou particulares, chegando e, já entrando em choque com os grupos de ÍNDIOS ISOLADOS. Parte destes garimpeiros pode ser caracterizado pelos excessões das áreas de garimpo amazônicas, já em franco decréscimo produtivo. Eles saem a procura de filões mais ricos e ainda inexplorados para o exercício da prática predatória e descuidada de garimpagem. Trazem consigo todos os vícios de destruição do meio-ambiente, poluição de rios e desrespeito à qualquer forma de vida, humana ou não.

O segundo grupo destes garimpeiros é composta por indivíduos que estão iniciando agora sua prática predatória e que por comodidade, ignorância e falta de fiscalização efetiva por parte do governo brasileiro, reproduzem os vícios do grupo anterior.

Outro fator que devemos considerar é a possibilidade de exploração oficial da maior jazida de calcáreo da América Latina, localizado no município de Alta Floresta - região norte do estado - onde vive um grupo isolado APIAKÁ. Estes índios, de todos

os grupos isolados, é aquele que têm sofrido toda sorte de invasão e morte. Seu território está localizado entre dois grandes rios, Teles Pires e Juruena, e de quatro anos para cá descobriu-se muito ouro, tanto em terra como dentro destes rios. Daí para cá, estes índios viram-se cercados por centenas de dragas que sugam cascalho em toda extensão dos rios, enquanto outros garimpeiros seguem por terra e por pequenos afluentes já dentro de seu território. É possível que sua sobrevivência ainda tem sido possível pelo fato de terem se subdividido em pequenos grupos que vivem em permanente fuga pela floresta.

Quanto ao fato da jazida de calcário vir a ser explorada oficialmente por empresa estatal ou de grande porte e reconhecida, só em pouco reduz os efeitos desastrosos de sua atuação sobre as populações indígenas isoladas. Sabemos que esta exploração implicará em outros tipos de investimentos de infraestrutura que provocará a ruptura definitiva do isolamento destes índios, com o surgimento de povoados e vilas para dar suporte ao empreendimento. É o incremento populacional em larga escala e a inserção em caráter definitivo deste espaço na economia de mercado nacional e internacional.

Há ainda, outro projeto oficial que terá grandes repercussões na vida destes grupos. É a proposta de reassentamento de um número incalculável de pequenos produtores nesta região. Podemos afirmar que esta região, hoje, se encontra já bastante ocupada por grandes latifundiários e pelas Reservas Indígenas demarcadas e reconhecidas oficialmente. O que resta, na sua quase totalidade, são as áreas ocupadas pelos grupos isolados, que passariam a ser, portanto, os espaços a serem usados para este projeto de reassentamento.

Posicionarmo-nos com relação a estas situações, exige que se tenha uma compreensão global dos

problemas enfrentados pela sociedade brasileira, gerados pelo modelo econômico implantado e estimulado pelos organismos internacionais

A grande massa de garimpeiros que hoje atua no Norte do país, correndo toda a sorte de riscos de vida e sem qualquer proteção ou controle oficial, é composta de sem terras ou pessoas desqualificadas profissionalmente, sem qualquer chance de ter acesso ao mercado de trabalho nos centros urbanos. Verdadeiros párias sociais, procuram no enriquecimento rápido, ainda que arriscado, a possibilidade de "arrumar" a vida e retornarem às suas famílias em condições de lhes fornecer um mínimo de dignidade e conforto. Muitos deles terminam por não voltar. Ou porque são assassinados nas disputas por áreas produtivas ou morrem de doenças próprias das regiões de floresta. A grande maioria nunca consegue encontrar quantidades suficientes de minério para sequer lhes dar uma vida melhor. Temos que nos referir, também, à própria estrutura de venda do minério nestas regiões que está montada, na verdade para enriquecer o comerciante, o intermediário e não o minador.

Com relação aos pequenos produtores, frutos insanos de uma política agrária doentia e perversa que beneficia predominantemente o grande produtor, são também vítimas da incúria oficial. No caso específico que analisamos, estes pequenos produtores, calculados em torno de 70.000 famílias em Mato Grosso, altamente organizados em Associações de classe e com grande capacidade de mobilização política dentro do estado, são o resultado da pressão resultante da expansão do latifúndio. Hoje vivem no sul e leste do estado, em estado de penúria e seu deslocamento para a região norte é a grande solução de sobrevivência para essa população.

Embora reconheçamos todas estas causas e implicações sociais e a própria necessidade que o

país vivencia de aumentar a produtividade como forma de garantir o cumprimento de compromissos com bancos e credores internacionais, além de atender às crescentes exigências de sua população, acreditamos que medidas adequadas poderão evitar que os ÍNDIOS ISOLADOS sejam as grandes vítimas destes desastres pelos quais não são e não podem ser responsabilizados.

Creamos que é desnecessário alongarmo-nos sobre os efeitos dissociativos e as doenças que resultam do contato indiscriminado entre populações indígenas isoladas e segmentos da sociedade nacional despreparados para o estabelecimento destes contatos.

Faremos aqui rápidas referências, chamando a atenção para o fato de que, normalmente, este desastrado processo culmina no desaparecimento das populações:

- a) Contaminação com doenças infecto-contagiosas para as quais não tem anti-corpos e que redundam em altíssima taxa de mortalidade a curto prazo.
- b) Desarticulação do sistema produtivo, provocado pela mortalidade, pela destruição ou poluição do meio ambiente, redução por competição da caça e da pesca levando a carência proteica de caráter irreversível;
- c) Desrespeito às formas de organização social tradicionais, gerando perplexidade e incapacidade de reprodução social do grupo;
- d) Apropriação e uso sexual das mulheres das tribos, principalmente por garimpeiros introduzindo a desgregação familiar, a exploração da mão de obra feminina e o contágio por doenças sexualmente transmissíveis.
- e) Apropriação ou deterioração do habitat indígena inviabilizando o processo produtivo tradicional, obrigando a inserção da mão de obra indígena em atividades econômicas com as quais não sabem lidar e

na condição de empregado não remunerado.

f) Introdução indiscriminada de novos equipamentos impossíveis de serem confeccionados pelos índios, tornando-os dependentes do mercado nacional.

g) Conflito armado resultante da disputa de terra, mão de obra ou riquezas naturais.

Este quadro pode ser evitado ou bastante reduzido nos seus efeitos mais dramáticos se medidas urgentes e efetivas de proteção aos territórios destes povos forem adotadas antes que se concretizem as medidas governamentais de estímulo à ocupação do norte do Mato Grosso. Ou ainda, que se criem mecanismos reorientadores da ação dos garimpeiros na região.

Para que possamos melhor identificar as áreas, grupos e as frentes de ocupação que já estão em conflito e deverão se intensificar nos próximos anos, traçaremos, abaixo, um quadro sintético a partir das notícias que tem chegado ao nosso conhecimento:

| LOCALIZAÇÃO | GRUPOS | FRENTE ECONÔMICA |
|---|--------|---------------------------------|
| 61°45'W - 9°35'S Municípios de Aripuanã entre os igarapés Veado e Rosa, afluentes do Rio Madeirinha | ? | Mineradora e madeireira |
| 58°35'W - 9°37'S Município de Aripuanã, margem do Rio Juruena | ? | Mineradora e Pecuária |
| 57°20'W - 11°S Municípios de Juara, próximo a reseva Índigena APIAKÁ/KAYAPI, médio curso do Rio dos Peixes | ? | Madeireira, Pecuária e Agrícola |

| LOCALIZAÇÃO | GRUPOS | FRENTE ECONÔMICA |
|---|-----------------------------|--|
| 56°30'W - 10°59'S Município Porto dos Gauchos Cabeceira do Rio Tapaiúna, sul da Serra dos Kayabi. | Possivelmente KAYABI | Mineradora e Ma- deireira |
| 11°25'W - 53°52'S Curso médio do Rio das Ar- raiás, próximo do Parque Na- cional do Xingú | ? | Pecuária e Agricul- tura |
| 60°W - 12°S Município de Juína, sul do Parque Indígena Aripuanã, cabeceira do Rio Tenente Marques | Possivelmente NAMBIKUARA | Pecuária e Minera- dora |
| 58°W - 8°22'S Município de Alta Flores- ta, entre o Igarapé do Anil e Rio São Tomé, afluente da margem direita do Rio Juruena | APIAKÁ | Mineradora, jazida de calcáreo, Pecuá- ria e Agricultura |
| 59°W - 9°15'S Município de Aripuanã, margem direita do Igarapé Pacutinga, afluente da mar- gem direita do Rio Aripua- nã, Serra de Pacutinga | ? | Madeireira e Mine- adora |

| LOCALIZAÇÃO | GRUPO | FRENTE ECONÔMICA |
|--|-------------------------|-----------------------------------|
| 59°45'W - 10°15'S Município de Aripuanã, curso do Rio Branco, norte da Reserva Indígena do Aripuanã | ? | Extrativismo vegetal, agricultura |
| Sudoeste do Parque Nacional do Xingú | Possivelmente IWALAPITI | Pecuária |
| 60°18'W - 13°30'S Vale do Rio Cabixi-Piolho margem direita do Rio Guaporé | ? | Agricultura |
| 52°20'W - 9°30'S Rio Liberdade, afluente da margem esquerda do curso médio do Rio Xingú | ? | Mineradora e Pecuária |

Se trabalharmos em termos estatísticos, constataremos que 33% dos grupos indígenas localizam-se no município de Aripuanã e igual índice em áreas municipais ainda não identificadas. As demais 34% espalham-se por outros municípios do Estado.

Em termos de quais as frentes econômicas com as quais os índios se defrontaram, podemos afirmar que 70% dos grupos de índios isolados enfrenta mais de um tipo de frente econômica, sendo que há:

- a) 7 frentes pecuárias
- b) 7 frentes mineradoras
- c) 4 frentes madeireiras
- d) 5 frentes agrícolas
- e) 1 frente de extrativismo vegetal (seringa)



O trabalho de "pacificação" desenvolvido pela Funai - apresenta plena coerência com a proposta maior da política indigenista oficial: forçar a integração dos grupos indígenas à sociedade nacional. Daí os mecanismos usados pela Funai que desrespeitam, a decisão do grupo em manter-se isolado. A política é forçar o contato para que assim possa-se confinar o grupo numa parcela do seu antigo território tribal, liberando o restante para a penetração e instalação de segmentos da sociedade nacional.

Ainda que tenhamos que reconhecer que em alguns casos há a inevitabilidade de manter-se o contato e promover-se a "pacificação", particularmente naquelas regiões onde a penetração de frentes econômicas precede a ação de "pacificação", temos a convicção de que há situações em que tais compulsões de ordem econômica e bióticas podem e devem ser evitadas.

No nosso trabalho, pretendemos identificar em que situações a "pacificação" pode e deve ser evitada, usando, portanto, uma estratégica que vise garantir aos grupos o direito de se manterem isolados. Nos casos em que a "pacificação" seja inevitável, aí dever-se-á adotar técnicas de controle efetivo das condições em que se processam, para evitar as reduções drásticas de territórios e se efetive mecanismos de controle sobre os impactos ambientais, econômicos, sociais e bióticos nas populações recém contactadas. Para tanto, os trabalhos ora propostos serão executados, em todas as etapas, por um corpo de Técnicos Indigenistas com comprovados anos de experiência com diversos grupos indígenas, que não pertencem a nenhum Orgão Oficial e que vêm tendo experiências com ÍNDIOS ISOLADOS.

6. GRUPOS ALVO:

Inicialmente 12 comunidades de ÍNDIOS ISOLADOS, num segundo momento buscar-se-á atingir a comunidade

branca com atividades de conscientização.

7. MEIOS MÉTODOS E MEDIDAS PREVISTAS:

Procurando encontrar uma solução que evite ou minore o drama destas populações indígenas, a ECO-TRÓPICA propõe-se a inicialmente, identificar e localizar com relativa precisão estes grupos e criar as condições políticas necessárias para que sejam preservados seus territórios, suas culturas e condições de reprodução.

O trabalho será realizado em três grandes etapas: a do levantamento, a da proposta de interdição de área - garantindo a preservação das áreas para os grupos indígenas - e a de vigilância.

7.1. LEVANTAMENTO: será assim desenvolvida:

a) EXPEDIÇÃO - Recolhimento de informações e identificação de áreas e grupos assim estruturada :

1) VARREDURA - a equipe usará a técnica de acesso à área indicada pelas notícias através dos rios da região. Procurará identificar e localizar vestígios de acampamento dos grupos. Localizando os vestígios, faz-se o deslocamento, a partir do acampamento encontrado em direção a todos os pontos cardinais, procurando identificar a área de perambulação do grupo;

2) Coleta de depoimentos de pessoas que tenham tido qualquer tipo de contacto direto ou indireto com o grupo;

3) Sobrevoo da área indicada ou identificada como sendo a de perambulação para identificar possíveis frentes de penetração para que a demarcação da área respeite o exercício das atividades econômicas e simbólicas do grupo e que, geralmente, está em volta e nem sempre muito próxima da aldeia.

b) LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO - cumprida a sub-tapa anterior, quando se considera essencial preservar o isolamento do grupo, a identificação do grupo far-se-á através de um levantamento bibliográfico

exaustivo que permita identificar culturalmente o grupo, passando a conhecer, ainda que parcialmente, sua organização social e sua filiação linguística.

7.2. INTERDIÇÃO: caracteriza-se por ser eminentemente política, pois implica em longas negociações com as várias esferas governamentais de quem dependem em última instância, as decisões sobre a interdição, demarcação e vigilância das áreas. Assim, teremos que negociar com:

- a) FUNAI - orgão indigenista oficial responsável pela implementação da política indigenista;
- b) MINISTÉRIO DO INTERIOR - orgão que pertence a Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- c) GRUPO INTERMINISTERIAL - ao qual a FUNAI e o Ministério do Interior deverá submeter sua proposta de demarcação da área;
- d) GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO - a quem pertence inicialmente as áreas a serem demarcadas;
- e) GOVERNO MUNICIPAL - instância menor e nem por isso menos importante neste processo por deter a administração das áreas ocupadas pelos grupos.

7.3. VIGILÂNCIA: é aquela que, na verdade, viabiliza e efetiva, na prática o sucesso do Projeto:

Identificada, interditada e demarcada a área de perambulação, deverão ser construídos Postos de Vigilância em pontos estratégicos que visam exercer efetivo controle sobre o acesso de neo-brasileiros na área. Os pontos estratégicos são normalmente:

- a) margem dos rios;
- b) estradas existentes na região;
- c) sedes de fazendas existentes nas proximidades;
- d) pista de avião abertas por garimpeiros, madeireiros, etc...

8. RECURSOS NECESSÁRIOS:

Para realização destes trabalhos será necessário a montagem de várias equipes de pessoas especializadas e compostas de:

- a) Indigenistas
- b) Antropólogos
- c) Médicos e Enfermeiros
- d) Pilotos de barco
- e) Trabalhadores braçais, sendo que, quando se tem conhecimento prévio da filiação linguística do grupo a ser identificado, deverá haver um ou mais índios já aculturados que falem a mesma língua.

9. ORÇAMENTO PARA 36 MESES:

| D I S C R I M I N A Ç Ã O | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | (Em N°1.00) |
|---|------------|----------------|--------------|
| | | | VALOR TOTAL |
| PESSOAL | | | |
| Contratação de INDIGENISTA | 02 | 2.000,00 | 218.400,00 |
| Contratação de ANTRÓPOLOGO | 01 | 2.000,00 | 109.200,00 |
| Contratação de MÉDICO | 01 | 2.000,00 | 109.200,00 |
| Serviço de terceiros | estimativo | estimativo | 150.000,00 |
| MATERIAL PERMANENTE | | | |
| Aeronave leve de obs. PIPER SUPER CUB | 01 | 280.000,00 | 280.000,00 |
| Viatura a diesel | 02 | 90.000,00 | 180.000,00 |
| Gerador portátil | 02 | 8.000,00 | 16.000,00 |
| Motor de popa 25HP | 02 | 14.000,00 | 28.000,00 |
| Barco de alumínio | 02 | 10.000,00 | 20.000,00 |
| Câmera filmadora VHS | 01 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| Câmera fotográfica prof. | 02 | 5.000,00 | 10.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | | | |
| Combustível e óleo lubrificante | estimativo | estimativo | 150.000,00 |
| Alimentação em campo | " | " | 40.000,00 |
| Material de acampamento | " | " | 10.000,00 |
| FUNDO ADMINISTRATIVO | " | " | 123.400,00 |
| T O T A L G E R A L | | | 1.459.200,00 |
| OBS. VALOR EM DÓLAR - US\$ 364.800,00 (oficial) | | | |